

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



## CT-OL: CÂMARA TÉCNICA DE OUTORGAS E LICENÇAS Ata da 33ª Reunião Ordinária - 14/10/2011- 09h30min SANASA – Campinas/SP

Membros presentes	
Entidade	Representante
ABCON	Luana Ronconi (S)
ABCON	Mônica de Cássia de Paula Lopes Capra (S)
ASSEMAE	Marco Antônio Bertelle (T)
CATI	Adilson Donizeti de Souza (T)
DAAE - Rio Claro	Orival Franco Junior(T)
DAAE - Rio Claro	Raquel Missorici Monteiro (S)
DAE - Jundiá	Maria Auxiliadora Pedro Dib (T)
DAE - Santa Bárbara D' Oeste	Marcel Secomandi (T)
DAEE	Sebastião Vainer Bosquilia (T)
DAEE	Cecília de Barros Aranha (S)
Elo Ambiental	Maria Carolina Pescarini Filippi(S)
OAB/SP – Americana	Juliana Cristina Mansano Furlan (T)
P.M. de Americana	João Marco Alves de Oliveira (T)
P.M. de Indaiatuba	Paulo Rui Medeiros Segundo
P.M. de Limeira	Michele Stradioto (T)
P.M. de Piracaia	Hélio Fernando Peçanha Varela (T)
SABESP	Maurício Santos Azevedo(S) Magali Scarpelini(S)
SANASA	Marco Antônio Bertelle (T)
SINDAREIA	José Edvaldo Tietz(T)
Sindicato Rural de Piracicaba	Gustavo Bortoletto (S)
Sindicato Rural de Rio Claro	Irineu Arlindo Brescansin (T)
Syngenta	Rodrigo Giunco (S)
Membros Ausentes com justificativa	
Entidade	Representante

Membros Ausentes sem justificativa	
Entidade	Representante
CETESB	
DAE- Valinhos	
IGAM	
Lions Piracicaba Centro	
P.M. de Hortolândia	
P.M. de Indaiatuba	
P.M. de Jaguariúna	
SAAE Ambiental – Salto	
Convidados	
Entidade	Representante
Agencia PCJ	Eduardo Cuoco Léo
Banco do Brasil	Rodrigo Rodrigues
CETESB	Antonio C. Ruguê Jr

DAE - Santa Bárbara D' Oeste	Neylton A Maluf Jr
DAEE	Aline Piassa de Campos
DAEE	Regina Aparecida Ribeiro

(T) - Titular (S) - Suplente (R) - Representante

**1. Pauta:** A pauta e a convocação da reunião foram enviadas aos presentes por meio de mensagem eletrônica. **2. Abertura da 33ª Reunião Ordinária:** A abertura da reunião foi realizada pelo Sr. Sebastião, Coordenador da CT-OL, que agradeceu aos representantes da SANASA e ASSEMAE pela cessão do espaço e informou aos presentes a existência de quorum qualificado para o início da reunião. **3. Informes Gerais,** o Sr. Sebastião, Coordenador da CT-OL, solicitou aos presentes, que informassem aos presentes sobre notícias, eventos ou fatos relacionados às atribuições da CT-OL ou no âmbito dos Comitês PCJ. O Sr. Rodrigo Rodrigues, representante do Banco do Brasil/Campinas, manifestou-se sobre a sua participação na CT-OL, como convidado. O Sr. Sebastião informou que para a participação como membro, a instituição deveria formalizar a participação, por meio de Ofício à Câmara Técnica de Outorgas e Licenças ou através da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ, que repassaria à coordenação da CT-OL. **4. Aprovação da minuta de ata da 32ª reunião ordinária:** A minuta foi apresentada pela coordenação. O texto foi lido pela Secretária da CT-OL, Sra. Juliana Cristina Mansano Furlan, representante da OAB. Após a leitura, houve a manifestação dos presentes para a correção da palavra uso significativo, para uso insignificante. Após as correções, a minuta foi aprovado pelos membros presentes, por unanimidade. O Sr. Sebastião iniciou a reunião propondo a apresentação dos membros da CTOL devido a presença de novos membros, o que foi feito. **5. Apresentação do Relatório Final e aprovação da Ata do Grupo de Acompanhamento do Projeto Fehidro:** A coordenação fez um breve resumo aos presentes a respeito do projeto: Avaliação de Lançamentos dos Usuários da Bacia do Rio Piracicaba, objeto de outorgas, licenciamentos e da cobrança de direito de uso dos recursos hídricos no âmbito dos Comitês PCJ, cujo tomador é a CETESB, por meio da Agencia Ambiental de Limeira, tendo como responsável técnico o Sr. Antônio C. Ruguê Jr. O relatório final foi apresentado anteriormente para avaliação do Grupo de Acompanhamento, que é composto pelos membros: Irineu Arlindo Brescansin (Sindicato Rural de Rio Claro), Ana Claudia Trefft (ABCON), Maria Auxiliadora Pedro Dib (DAE Jundiá), coordenadora do grupo de Acompanhamento, Wolfgang Krause (Elo Ambiental), Orival Franco Junior (DAAE Rio Claro). Estiveram presentes nesta reunião, o Sr.

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



## CT-OL: CÂMARA TÉCNICA DE OUTORGAS E LICENÇAS Ata da 33ª Reunião Ordinária - 14/10/2011- 09h30min SANASA – Campinas/SP

Sebastião (DAEE) e a Sra. Regina Aparecida Ribeiro (DAEE), no dia 05/09/2011, em Limeira, cuja Ata está anexa, a esta reunião ordinária. Prosseguindo, na seqüência, o Sr. Sebastião apresentou aos demais membros da CT-OL, a Sra. Regina Aparecida Ribeiro, agente técnica do FEHIDRO, indicada pelo DAEE, para análise técnica do projeto. A Sra. Regina iniciou a apresentação informando aos presentes alguns dados iniciais sobre o projeto e em seguida foi dada a palavra ao Sr. Antônio Costa Ruguê Jr, que iniciou a apresentação, cumprimentando a todos, informando que o projeto já havia sido apresentado ao grupo de acompanhamento e que para a CT-OL, havia preparado um resumo, devido a sua complexidade. O projeto foi aprovado pela CT-OL em 2006. O objetivo principal foi estruturar e preparar o laboratório da Agencia Ambiental de Limeira, montado em 5(cinco) anos, no atendimento das demandas de controle das cargas orgânicas nos corpos hídricos da região, fazendo a correlação entre as cargas orgânicas obtidas na análise das amostras e as “cargas outorgadas”, isto é, a vazão outorgada e a concentração de DBO, licenciada para cada empreendimento. Tal procedimento se fez através da compra de materiais e equipamentos de análise e investigação para o laboratório. Para a escolha dos empreendimentos, foi necessário a participação das agências de Americana, Campinas, Atibaia, Limeira, Piracicaba e Paulínia. Para as análises laboratoriais foram considerados 54 (cinquenta e quatro) empreendimentos, abrangendo as sub-bacias dos rios Piracicaba, Jaguari, Camanducaia e Atibaia, cujos dados avaliados foram: As cargas potenciais, localização, cargas em rios estaduais e federais, resultando em 138 (cento e trinta e oito amostras). O projeto propiciou a aquisição dos novos materiais ao laboratório e de outros, principalmente de apoio (veículo), para auxiliar na coleta de amostras de campo visando a análise para o controle ambiental na região de estudo, e ainda, o desenvolvimento de novas metodologias e aprimoramento das existentes. Os principais parâmetros avaliados foram: Coliformes, DBO, DQO, Nitrogênio Amoniacal, Óleos, Graxas e Mercúrio. O tratamento de dados estabeleceu-se a partir da compra (especificação dos equipamentos), instalação, validação dos equipamentos, coleta das amostras, análise, interpretação dos dados obtidos, e elaboração dos relatórios. Para cada empreendimento foram considerados os dados cadastrais da empresa, as coordenadas UTM, o ponto de lançamento superficial, a vazão outorgada, a carga orgânica declarada. O trabalho teve como finalidade o desenvolvimento de metodologia de controle ambiental, ao mesmo tempo em que verificava os dados do licenciamento e das outorgas. Os resultados apurados foram compilados ao relatório final e deverão servir de orientação para os órgãos envolvidos, na gestão da quantidade e da qualidade. O Sr. Sebastião informou sobre a importância em adotar

procedimentos conjuntos entre CETESB e DAEE, já pensando na adoção da metodologia desenvolvida como procedimento de controle ambiental de cargas orgânicas nas Bacias PCJ. Os dados coletados foram avaliados e apresentados na forma de uma tabela que correlaciona os valores e os empreendimentos, com lançamento de cargas médias e máximas lançadas, para os 54 empreendimentos. A avaliação dos dados apurou em alguns empreendimentos, variações dos valores das cargas lançadas, em relação às vazões/cargas outorgadas. Pode-se concluir que os empreendimentos podem apresentar carga de acordo com o licenciamento, mas em desacordo com a outorga ou vice versa. O trabalho também verificou que alguns usuários situados em rios federais não estão cadastrados no CNARH. Das cargas obtidas, foi realizada uma planilha em ordem decrescente, denominada curva ABC, a curva A: 85% de toda carga orgânica lançada, curva B: 95% de toda carga orgânica lançada e Curva C 5%, de toda carga orgânica lançada. No presente estudo, os dados obtidos pela curva ABC, demonstra quais são as empresas que atenderam ao padrão de lançamento, favorecendo assim, a gestão do controle de carga orgânica pela CETESB. Foi apresentado o cronograma das atividades realizadas nas diversas etapas para a realização do projeto. Foram realizadas 5 (cinco) reuniões com o grupo de acompanhamento. O trabalho deverá ser encaminhado as demais gerencias da CETESB, para o desenvolvimento de novos procedimentos e encaminhado cópias para a Secretaria Executiva e Agencia PCJ. A coordenadora do Grupo de Acompanhamento, Sra. Maria Auxiliadora Pedro Dib, informou aos presentes sobre aprovação do Projeto pelo Grupo e avisou sobre as recomendações contidas na ata do grupo de acompanhamento, com ênfase a formação de uma rede de dados entre os órgãos responsáveis pelo licenciamento e outorga (CETESB, DAEE e ANA). A Sra. Cecília de Barros Aranha, Coordenadora-adjunta da CTOL, perguntou ao Sr. Antônio Carlos, se o Laboratório de Limeira da CETESB, estaria apto a realizar o monitoramento nas zonas criticas definidas pelo Plano de Bacias 2011-2020 . O Sr. Antonio Carlos Rague, respondeu que por meio desta metodologia desenvolvida é possível o monitoramento dos trechos críticos através de amostragens. Para isso, é necessário realizar a segunda parte do trabalho cujo objetivo principal é monitorar os trechos críticos, fornecendo diretrizes para a outorga e licenciamento tendo como cenário futuro a adequação dos atuais e novos usuários e por finalidade de uso. Neste sentido solicitaram-se do responsável técnico pelo projeto quais seriam as futuras demandas para a execução da segunda etapa do projeto de uma forma mais pontual. O Sr. Antonio Carlos Rague respondeu que o modelo desenvolvido é adequado a trechos menores, podendo atender a diversificação das atividades

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



## CT-OL: CÂMARA TÉCNICA DE OUTORGAS E LICENÇAS Ata da 33ª Reunião Ordinária - 14/10/2011- 09h30min SANASA – Campinas/SP

econômicas dos empreendimentos. Para isso, é necessária a capacitação de uma da equipe de amostragem certificada, focada no gerenciamento dos recursos hídricos, com a programação determinada pela empresa. Finalizando, o responsável técnico do projeto, apresentou as recomendações sugeridas pela CETESB, quanto a continuidade da execução do monitoramento daqueles empreendimentos que obtiveram valores acima da vazão outorgada e aqueles que apresentaram resultados entre a média e a máxima carga na Curva ABC.

E ainda focar no monitoramento do indicador de mercúrio e na formação de uma equipe técnica, voltada a coleta, análise e avaliação segundo a metodologia apresentada. Neste sentido a Sra. Cecília de Barros Aranha, perguntou ao Sr. Antonio Carlos Rogue se estes resultados de monitoramento poderiam subsidiar o estudo para a proposição de novos valores relacionados a carga orgânica, na formula das Cobranças PCJ. O Sr. Antonio Carlos Rogue, respondeu que a análise dos indicadores poderá colaborar para os estudos de alteração dos valores cobrados atualmente. O projeto foi aprovado pela plenária da CTOL. **6. Apresentação do Plano de trabalho da CT-OL**, o Sr. Sebastião falou aos membros da CTOL, sobre as atividades do plano de Trabalho da CTOL que foram apresentados a Secretária Executiva da Agencia PCJ, solicitando à Sra. Cecília que informasse aos membros os detalhes de cada atividade. A Sra. Cecília informou aos membros da CTOL, que por orientação da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ, as Câmaras Técnicas, deverão a partir deste ano, iniciar as atividades, planejando por meio de um Plano de Trabalho. As orientações para o planejamento foram enviadas a CT-OL, pelo e-mail em 27/07/2011. A ultima versão foi encaminhada a Agencia PCJ no final do mês de agosto. Neste sentido foi explicada e discutida pelos membros da CT-OL as atividades. Primeira atividade: Estudo para proposição de procedimentos e normas visando à compatibilização e simplificação dos processos de outorgas no meio rural, considerando as Legislações Estaduais de SP e MG. Segunda Atividade: Fomentar a discussão para a regularização dos usos dos recursos hídricos no meio rural, visando à gestão compartilhada entre o DAEE e as associações de usuários dos recursos hídricos. O Sr. Sebastião informou a todos que a formação de associações de usuários, está prevista na Lei 7.663/91, no Artigo 26, sobre a competência dos Comitês de Bacias Hidrográficas, órgãos consultivos e deliberativos de nível regional, na qual pelo item V, devem promover entendimentos, cooperação e eventual conciliação entre os usuários dos recursos hídricos; e ainda no CAPÍTULO II, sobre os Diversos Tipos de Participação: SEÇÃO II, Da Associação de Usuários dos Recursos Hídricos, que no Artigo 33 - O Estado incentivará a organização e o funcionamento de associações de usuários como entidades auxiliares no gerenciamento dos recursos

hídricos e na implantação, operação e manutenção de obras e serviços, com direitos e obrigações a serem definidos em regulamento. Neste sentido o Sr. Sebastião enfatizou sobre a importância da outorga coletiva aos usuários de uma mesma bacia hidrográfica, buscando o entendimento entre os usuários, evitando-se assim os conflitos pelo uso da água entre as diversas finalidades do uso da água pelos usuários. Atividade 3 : Internalizar os procedimentos de vazão mínima remanescente nos procedimentos de licenciamento ambiental e outorga de lançamento de efluentes, contemplando a diluição da carga remanescente. O Sr. Sebastião, detalhou a atividade, em função dos indicadores previstas pelo Plano de Bacias 2011-2020, na qual refere-se ao enquadramento dos corpos d'água. É uma atividade que envolve além dos procedimentos de outorga e licenciamento (DAEE e CETESB), os usuários que deverão adequar-se ao sistema proposto. Outro exemplo citado pelo Sr. Sebastião refere-se a outorga mensal praticada pela ANA em razão das diversas finalidades usos da água em um trecho de um corpo hídrico, sugeriu também que se convidasse o corpo técnico da ANA, para explicar como é executado este procedimento no âmbito do setor da outorga da ANA. **7. Formação dos Grupos de Trabalho**. Os grupos de trabalho foram formados da seguinte forma: Atividade 1: Adilson Donizeti de Souza – CATI, Michele Stradiotto – PM de Limeira, Gustavo Bortoletto - Sindicato Rural de Piracicaba, Rodrigo Rodrigues – Banco do Brasil, Maria Carolina Pescarini Filippi - Elo Ambiental, Cecília de Barros Aranha – DAEE. Atividade 2: Juliana Cristina Mansano Furlan - OAB/SP, Irineu Arlindo Brescansin – Sindicato Rural de Rio Claro, Orival Franco Junior - DAEE - Rio Claro, José Edvaldo Tietz – SINDAREIA. Atividade 3: Sebastião Vainer Bosquilia – DAEE, Eduardo Cuoco Leo – Agencia PCJ, Maria Auxiliadora Pedro Dib – DAE Jundiaí, Rodrigo Giunco – Syngenta, Raquel Missorici Monteiro - DAEE - Rio Claro, Magali Scarpelini – SABESP, Mauricio Santos Azevedo – SABESP, Luana Ronconi – ABCON, Mônica de Cássia de Paula Lopes Capra – ABCON, Marcel Secomandi – DAE Sta Barbara d'Oeste, Neyton A Maluf Junior - DAE Sta Barbara d'Oeste, João Marco Alves de Oliveira – PM de Americana, Marco Antônio Bertelle – SANASA e SEMAE, Hélio Fernando Peçanha Varela – PM Piracaia. Foi sugerido pelos membros da CTOL a fusão das atividades 1 e 2, que foi aprovado por todos. **8.** Reunião dos Grupos de Trabalho, com a apresentação da Agência PCJ para subsidiar os grupos de trabalho. Plano de Bacias 2010/2020 – Zonas Críticas de Gestão X Ações Necessárias para atingir as Metas do Enquadramento Eduardo Cuoco Léo – Coordenador de Sistema de informações, este item de pauta ficou para a próxima reunião. **9. Outros Assuntos. 10. Encerramento:**

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-OL: CÂMARA TÉCNICA DE OUTORGAS E LICENÇAS  
Ata da 33ª Reunião Ordinária - 14/10/2011- 09h30min  
SANASA – Campinas/SP

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Sebastião agradeceu a presença de todos e foi dada por encerrada a reunião.

Sebastião Vainer Bosquilia  
Coordenador da CT-OL

Cecília de Barros Aranha  
Coordenadora -adjunta da CT-OL

Juliana Cristina Mansano Furlan  
Secretária da CT-OL

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-OL: CÂMARA TÉCNICA DE OUTORGAS E LICENÇAS  
Ata da 33ª Reunião Ordinária - 14/10/2011 - 09h30min  
SANASA – Campinas/SP

## Grupo de trabalho

### **Projeto: Avaliação de lançamentos dos usuários de rios da Bacia do Piracicaba, objeto da cobrança de direito de uso dos recursos hídricos no âmbito dos Comitês do PCJ**

G A - CT OL 05de Setembro de 2011 – 09H30

Local: CETESB - Limeira/SP

**1- INTRODUÇÃO.** O Grupo de Acompanhamento do Projeto “Avaliação de lançamentos dos usuários de rios da Bacia do Piracicaba, objeto da cobrança de direito de uso dos recursos hídricos no âmbito dos Comitês PCJ”, sendo SR Rio Claro: Irineu Arlindo Brescansin, ABCON: Ana Claudia Trefft, DAE Jundiá: Maria Auxiliadora Pedro Dib, Elo Ambiental: Wolfgang Krause, DAAE Rio Claro: Orival Franco Junior reunidos com o Coordenador da CT OL Sebastião Vainer Bosquilia, coordenador do projeto: Antonio C. Ruguê Jr e a agente técnica Regina Aparecida Ribeiro, que iniciou a reunião informando as tratativas anteriores com o coordenador do projeto, principalmente da parte financeira. Ruguê disse que enviou previamente o relatório para o grupo de acompanhamento para complementações necessárias, caso aprovada a ata em reunião, encerra-se o trabalho. Apresentou os objetivos que o principal parâmetro é a DBO, os procedimentos metodológicos, os resultados das amostras coletadas nos empreendimentos os quais foram selecionados pelas Agências Ambientais da CETESB dos municípios de Americana, Atibaia, Campinas, Limeira Paulínia e Piracicaba, totalizando 54 empreendimentos. O veículo adquirido foi bem utilizado em todo o processo. Todos os equipamentos foram entregues e estão em funcionamento. São 19 equipamentos: caixas térmicas, dessecador, termômetro, suporte para cones, cones, compressor, motor gerador, veículo Doblô e adaptação para campo, compressor/aspirador, lavadora de vidrarias, medidor de oxigênio e pH para campo e laboratório, analisador de mercúrio, analisador de óleos e graxas, duas capelas, sistema de purificação de água e computadores. Houve contrapartida da CETESB em hora/homem para amostragem, laboratório e quilometragem e apresentou a lista de técnicos que participaram. As análises foram desenvolvidas nos laboratórios de Limeira e de Campinas conforme o escopo do projeto. Apresentou a quilometragem para cada técnico que trabalhou na amostragem, técnicos das análises laboratoriais

de Limeira e Campinas. No tratamento dos dados as horas entraram como contrapartida. Cada empreendimento monitorado possui uma ficha onde consta carga monitorada, carga orgânica média outorgada e carga máxima outorgada baseada na vazão de outorga CNARH. Estavam previstas inicialmente 122 amostragens, mas, foram realizadas 138, no término das amostragens foi solicitado auxílio da equipe do setor de amostragem da CETESB SP que tem veículo e equipe de amostragem acreditada, as determinações analíticas foram feitas entre Limeira e Campinas totalizando 1169. Apresentou demonstrativos de valores de aquisições dos equipamentos que em função da redução de valores quando da licitação foram incluídos outros equipamentos. Ruguê encaminhará para a Cetesb o Relatório contemplando os resultados de avaliação e para a Secretaria Executiva do Comitê, servindo de subsídio para novos trabalhos na área. Apresentou também quadro com % de remoção de DBO para atender legislação para lançamentos que corresponde a 80% de remoção da DBO bruta ou 60mg/L. Apresentou 12 empresas que somaram 85% da carga média lançada, considerando os valores obtidos durante o monitoramento. Conclusão: Atendendo o objetivo do trabalho servirá como mais uma importante ferramenta de auxílio no controle de poluição hídrica da CETESB. Recomendações: Avaliar a tendência da carga orgânica, nos empreendimentos que apresentaram valores acima da máxima outorgada continuando o monitoramento realizado. Avaliar a permanência dos valores da carga orgânica correspondente aos lançamentos dos empreendimentos que apresentaram valores entre a carga orgânica média e a máxima outorgada; permanecer o monitoramento periódico para definir esta permanência e atualizar a base de dados da Cobrança de Uso dos Recursos Hídricos. Incluir os empreendimentos no CNARH. Incluir/permanecer análise de mercúrio nas saídas dos sistemas de tratamento de efluentes. Formar equipe de amostragem acreditada. A coordenadora Regina disse que as atividades previstas no início do trabalho 1ª, 2ª e 3ª etapas e apresentação à Câmara Técnica foram cumpridos e a prestação de contas será encerrada após a entrega da guia do INSS, solicitou ainda apresentar cronograma quando for expor na CT OL.2.**Comentário do grupo:**Sebastião: fazer cadastramento dos empreendimentos que não tem CNARH pela ANA na Bacia; incluir ajustes das vazões com as cargas liberadas, entre Outorgas e Licenças da CETESB. KRAUSE:

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



## CT-OL: CÂMARA TÉCNICA DE OUTORGAS E LICENÇAS Ata da 33ª Reunião Ordinária - 14/10/2011 - 09h30min SANASA – Campinas/SP

O Trabalho servirá para subsídio de outros, por exemplo, Valinhos e assim conseguiremos planejar redução das cargas. Precisa de estímulo para empresas diminuir as cargas. Sebastião respondeu que poderá conversar com a Câmara Técnica de Indústria. Orival: a renovação das licenças deverão ser em conjunto CETESB E DAEE. Recomenda que o projeto seja estendido para outras bacias do estado. KRAUSE: Os loteamentos estão crescendo tanto que o volume de água dos rios está prejudicando a “diluição” das cargas lançadas. Dar destaque ao trabalho para chamar atenção nas cargas lançadas. **3.Recomendação do grupo:** Divulgar as cargas obtidas no monitoramento dos empreendimentos curva ABC; Estender para outras bacias do estado; Apresentar para Câmara o cronograma geral do trabalho. A CTOL dará os encaminhamentos deste trabalho para outras instâncias como ANA (CNARH).

Maria Auxiliadora Pedro Dib  
DAE Jundiá – Coordenadora do Grupo

Irineu Arlindo Brescansin  
SR Rio Claro

Ana Claudia Trefft  
ABCON

Wolfgang Krause  
ELO Ambiental

Orival Franco Junior  
DAAE Rio Claro

Convidados:

Regina Aparecida Ribeiro  
Agente Técnica do FEHIDRO

Sebastião V. Bosquilia  
Coordenador CT OL

Antonio Carlos. Ruguê Jr  
Responsável Técnico pelo Projeto